



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO CORRÊA  
CONTROLADORIA GERAL

**Parecer do Controle Interno de Aditivo Contratual**  
**Primeiro Aditivo – Contrato nº 20230355**

<b>Processo:</b> 6/2023	<b>Modalidade:</b> Pregão Eletrônico
<b>Objeto:</b> Contratação de empresa para prestar dos serviços de publicação de editais em jornais oficiais e jornais de grande circulação no estado do Pará, para atender as necessidades da Prefeitura e Fundos Municipais de Augusto Corrêa/PA.	
<b>Contrato:</b> 20230355 <b>Contratante:</b> PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO CORREA <b>Contratado:</b> COSTA PAES LTDA <b>Valor:</b> R\$ 91.225,00 (noventa e um mil, duzentos e vinte e cinco reais). <b>Vigência:</b> 15 de março de 2023 à 29 de dezembro de 2023.	
<b>Primeiro Aditivo:</b> Aditamento de prazo – Prorroga a vigência contratual de 29 de dezembro de 2023 à 30 de setembro de 2024.	

1

### 1. Introdução

A Controladoria Geral do Município – CGM, por força do disposto no artigo 56 da Lei Orgânica do Município de Augusto Corrêa, constitui-se no órgão responsável pelo Sistema de Controle Interno, no âmbito do executivo municipal, devidamente regulamentado pela Lei 1.532 de 22 de março de 2005 e pela Lei 1.739 de 29 de dezembro de 2010, em atendimento ao disposto na Resolução Normativa nº 7.739/2005, editada pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE/PA.

Enquanto órgão responsável pelo Sistema de Controle Interno é de sua competência, dentre outras, examinar as fases de execução da despesa verificando a regularidade das licitações e contratos, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade. Sendo, portanto, sua atribuição, a fiscalização de todas as contas da administração municipal.

### 2. Análise do Processo

O presente parecer trata do pedido de aditamento ao Contrato nº 20230355, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO CORREA e a empresa COSTA PAES LTDA, CNPJ: 08.602.474/0001-15, originado do Pregão Eletrônico nº 6/2023, contrato este que tem por objeto a contratação de empresa para prestar dos serviços de publicação de editais em jornais oficiais e jornais de grande circulação



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO CORRÊA  
CONTROLADORIA GERAL

no estado do Pará, para atender as necessidades da Prefeitura e Fundos Municipais de Augusto Corrêa/PA.

No dia 18 de dezembro de 2023, o Secretário Municipal de Administração e Finanças – RAFAEL RODRIGO SILVA ARAÚJO, diante das solicitações das Secretarias de Saúde, Educação e Assistência Social, consultou a empresa COSTA PAES LTDA sobre seu interesse na prorrogação do prazo de vigência contratual. A empresa emitiu o documento de aceite em 20 de dezembro de 2023. A vigência atual do contrato 20230355 compreende o período de 15 de março de 2023 à 29 de dezembro de 2023.

De acordo com a Lei nº 8.666/93, a prorrogação de prazo pode ocorrer se a situação se enquadrar em uma das hipóteses previstas nos incisos do art. 57, bem como nos §1º e §2º do mesmo artigo. Como se observa no trecho abaixo:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

[...]

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

(...)

§1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO CORRÊA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

§2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

Dessa forma, e como se observa no presente texto, a prorrogação de prazo, além de se enquadrar nas hipóteses previstas, deve ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

No presente caso, se vislumbra tanto o enquadramento da situação, quanto o atendimento dos requisitos formais para a prorrogação de prazo. Haja vista a justificativa apresentada e a existência de interesse de ambas as partes na continuidade da prestação dos serviços.

Dessa maneira, o contrato nº 20230355, passa a vigorar com um acréscimo de prazo que vai de 29 de dezembro de 2023 à 30 de setembro de 2024. O Aditivo foi assinado no dia 28 de dezembro de 2023 e publicado no Diário Oficial da União em 19 de janeiro de 2024.

### **3. Recomendações**

Não há recomendações.

### **4. Conclusão**

Após a análise, por esta controladoria, do pedido de aditamento ao Contrato nº 20230355, originado do Pregão Eletrônico nº 6/2023, que tem por objeto a contratação de empresa para prestar dos serviços de publicação de editais em jornais oficiais e jornais de grande circulação no estado do Pará, para atender as necessidades da Prefeitura e Fundos Municipais de Augusto Corrêa/PA, não foram encontradas quaisquer discrepâncias que venham a constituir irregularidades por parte da Administração Municipal, estando o aditamento contratual devidamente justificado e formalizado.

Diante do exposto, esta controladoria interna é de **PARECER FAVORÁVEL**, ao aditamento contratual supracitado, considerando tudo o que foi exposto no item 2 e observando as recomendações contidas no item 3 deste parecer.

É o parecer que remeto a considerações superiores.

Augusto Corrêa-PA, 24 de janeiro de 2024.



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO CORRÊA  
CONTROLADORIA GERAL

Responsável pelo Controle Interno:

---

*Cássio Luís Santos Teixeira*

Controlador Geral  
Decreto nº 127/2023